

As influências do saber (e do poder) nas redes de comunicação

João da Mata¹

(Universidade Federal de Minas Gerais²)

contato@joaodamata.com.br

1. Introdução

Em que medida as novas plataformas de projeção discursiva trazidas pela Internet contribuem para a democratização dos meios de comunicação? Se por um lado admitimos que tais plataformas permitiram novos modos de utilização interativa da linguagem e de construção de sentido, por outro, não podemos nos esquecer dos processos históricos que os precederam. Mesmo porque questões antes formuladas não desaparecem quando novas questões surgem à medida em que servem justamente para apontar novas direções.

Nesse sentido, antes de dizer se o advento das novas redes de comunicação pode ou não trazer avanços na luta pela democratização dos meios, faz-se também necessário lembrar que existe um longo e complexo caminho entre o surgimento de um "novo *media*" e a instauração de novas condições sociais de sua apropriação e utilização. Ou mesmo antes disso, é importante considerar o tipo de relação que se estabelece entre as mensagens projetadas nessas redes e seus leitores. (Dinâmica que se torna ainda mais complexa se levarmos em consideração a existência de um regime de poder que valoriza determinados discursos em detrimento de outros.)

No intuito de melhor entender esses tensionamentos, propomos observar que tipo de mudanças a linguagem e o saber sofreram nos últimos tempos e suas implicações, para então seguir com um pequeno relato do processo histórico que deu origem à *World Wide Web*. Considerando tanto esse contexto histórico quanto as influências que diferentes formas de interpretar o mundo podem gerar (sem nos esquecer da influência que o poder produz nessa dinâmica), veremos de que modo o *saber moderno* contribui para estruturação de um importante centro de produção de inteligência sobre o mundo: o jornalismo. Só então, ao relacionarmos tais reflexões a um estudo sobre as reverberações que o discurso jornalístico produz ao se projetar no *cyberespaço*, voltaremos a pergunta inicial deste artigo – para então nos depararmos com a problemática que ela sugere.

2. Transformações no saber e na linguagem

Ao escrever sua *Teoría general de la información*, Gonçalo Abril (2005) explica que um regime de saber corresponde à determinados modos de aquisição e organização social do

¹ Parte considerável do presente artigo é resultado das atividades realizadas em "Projetos C", disciplina ofertada pelo curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desse modo, é importante ressaltar que este trabalho também contou com o apoio intelectual de Larissa Padron, Pedro Hosken (colegas de curso), Marco Túlio de Souza (monitor) e do Prof. Dr. Carlos Alberto de Carvalho.

² Atualmente aluno de intercâmbio no curso de Ciências Políticas da Universität Augsburg, Alemanha.

conhecer. O autor caracteriza três diferentes naturezas de práticas linguísticas, referentes a distintos regimes de saber, que convocam diferentes formas de organização social e produzem diferentes repercussões culturais: a “comunicação oral”, marcada por coordenadas espaço-temporais de ação dramática; a “escrita”, descolada de ações locais e interações linguísticas em um aqui e agora interligados; e o regime da “era da informação”, onde a linguagem está em todas as partes e em nenhuma, algo simultaneamente material e imaterial.

Tais diferenças não apenas supõem determinadas competências do leitor, mas produzem distintos modos de interação e de construção da subjetividade. A “era da informação”, desse modo, refere-se a uma sociedade pós-industrial caracterizada por uma rápida mudança tecnológica e, conseqüentemente, dos modos de processamento e troca de informações. A partir daí se estabeleceriam mediações tecnológicas de tipo instrumental-operativo nos quais a comunicação deveria ser reduzida à informação: conteúdos suscetíveis a fácil quantificação, processamento e compartilhamento.

Essa abordagem, entretanto, parece não valorizar algumas questões que para nós são fundamentais. Por exemplo: na tradição oral era possível destacar uma assimetria entre aqueles que detinham boa retórica e memória, e o mesmo se percebe entre aqueles que são alfabetizados ou não em uma sociedade orientada predominantemente pela escrita. No que seria então a “sociedade da informação”, acreditamos ser necessário considerar as vantagens detidas por aqueles que, além de dominarem as regras de produção e busca dessas informações, possuem prestígio suficiente para que o conteúdo que publiquem não se perca em meio à avalanche de dados que são criados diariamente. (Pequenos exemplos que nos ajudam a lembrar das relação de poder implicadas nos “modos de aquisição e organização social do conhecer”.)

Além disso, acreditamos que reduzir aquilo que se comunica por meio das redes ao nível da mera informação seria o mesmo que reduzir o indivíduo que dela se apropria ao nível do mero receptor. Em outras palavras, reduzir a comunicação à informação seria o mesmo que desconsiderar o potencial das experiências que se projetam a partir da interação dos usuários de um determinado aparato tecnológico com os *textos* aos quais se deparam. É por esse motivo que acreditamos estar lidando não com *redes de informação*, mas com *redes de comunicação*, de troca e compartilhamento. Uma dinâmica desafiadora que envolve toda uma gama de produtos transmidiáticos em circulação – e que amplia a noção de *texto* para algo além das categorias de saber oral e escrito.

Contudo, antes de dar sequência a questões tão complexas e que, avisamos de antemão, não pretendemos esgotar por meio deste artigo, seguiremos com uma leitura histórica do aparato que permitiu a instauração das “mediações tecnológicas” mencionadas por Abril.

2. Uma breve história das redes de comunicação

O que é uma rede? Podemos dizer que uma rede é um conjunto de nós ligados entre si. Uma vez que cada nó só pode receber ligações em função proporcional aos já disponíveis, inferimos que uma rede cresce a partir da criação de novos nós, e da ligação destes aos outros que já existiam. Nota-se ainda que a atratividade de uma rede cresce combinatoriamente com o número de nós alcançáveis: um telefone, por exemplo, não possui valor em si mesmo, mas torna-se útil na proporção do número de outros telefones que é capaz de alcançar.

Entretanto, para além da atratividade de uma rede, a forma com a qual tais nós e o fluxo de informações que por eles transitam são controlados, produz uma influência radical em sua potencialidade. “Se uma empresa detém a infraestrutura tecnológica desses nós”, por

exemplo, “é grande a probabilidade de ela se tornar o operador *standard* e assim monopolizar a rede” (ROSA, 2001; p. 94). Foi o que aconteceu com o Telefone e com a Telegrafia-Sem-Fio (TSF) logo quando foram inventados. Através das patentes registradas por seus inventores, não foi possível apenas eliminar a concorrência, mas também converter tais redes em sistemas fechados, restringindo sua interação com outros tipos de rede. Algo que resultou em consequências nocivas à sua eficiência comunicativa, mas que garantiu resultados incríveis à sua eficácia econômica – para aqueles que detinham seu controle, obviamente.

Consequentemente esses meios de comunicação acabaram por coordenar ações particularmente objetivas. Para Alexander Graham Bell, por exemplo, o telefone deveria ser um meio a serviço de banqueiros, comerciantes, indústrias, lojistas, companhias de água, esquadras de polícia, estações de bombeiros, escritórios de jornais, hospitais; enquanto o objetivo do Telégrafo-Sem-Fio de Guglielmo Marconi era coordenar a navegação de navios. No caso do rádio, entretanto, a existência de várias patentes necessárias a implementação de uma transmissão, a guerra entre as empresas que detinham seus direitos e as inúmeras incompatibilidades que esse sistema gerava levou à intervenções governamentais³ que se precipitaram mais tarde na instauração do modelo de *broadcasting* – em que a capacidade de emitir é estritamente regulada pelo Estado. Segundo Antônio Machuco (ROSA, 2012), isso se deve a uma importante peculiaridade:

“(…) o telefone, a telegrafia e a rádio, foram desenvolvidos pelos seus criadores a partir do ponto de vista prático do inventor (...) sobretudo guiado pela sua capacidade em descobrir a forma prática de aplicar certos princípios fundamentais da Física. Não existiu qualquer movimento de ideias inspirador e orientador.” (p. 95)

No processo de desenvolvimento da Internet, entretanto, o autor destaca a importância dos pensadores do chamado “movimento cibernético”, projeto que viria a implementar futuramente a primeira rede de computadores. Dentre esses intelectuais, Nóbort Wiener (1950), a partir da criação de novas máquinas processadoras de informação simbólica, trabalhou com o conceito de uma rede onde máquinas deveriam se colocar a serviço de um “ideal comunicativo”. “Ideal” este que se realizaria por meio de sistemas *abertos, acoplados e coevolutivos*. Joseph Licklider (1960) sustentava a ideia de que o computador determina seu agente, que por sua vez determina seu computador, destacando desse modo o caráter *relacional* das redes. Assim, “o conceito de *interação* implica conceber os computadores como sistemas abertos postos ao serviço de uma ideologia comunicacional semelhante à de Wiener” (ROSA, 2012, p. 98).

Paul Baran (1950), contudo, foi motivado pela tentativa de criar uma rede de comunicações capaz de resistir a um ataque nuclear soviético, isto é, que não fosse totalmente destruída se uma de suas partes fosse atingida; que não tivesse um “comando central”. Baran desenvolveu então um projeto de rede neuronal, distinguindo-a dos processos que nela se desenrolam e focando seu princípio estrutural, sua *tipologia*.

Esse trabalho acadêmico conjunto, financiado por governos e orientado por princípios teóricos, resultou na criação da ARPANET (*Advanced Research Projects Agency Network*), a primeira rede de computadores implementada em 1969. Com o surgimento de diversas outras

³ O governo norte-americano criou a *Radio Corporation America* (RCA) que, a partir de 1919, tomou posse das patentes que antes pertenciam à GE, AT&T, Marconi e Westinghouse. Uma vez que a RCA buscava apenas criar um mercado para a venda de equipamentos, tornou-se necessário encontrar um modelo de negócio ao nível da produção de conteúdos que alavancasse a venda dos aparelhos. Isso ocorre em meados na década de 50 nos Estados Unidos com o surgimento de empresas que controlam totalmente a produção e emissão de programas.

redes, colocou-se a necessidade de federá-las ou ligá-las entre si. Desse modo, no final da década de 1970, a invenção e progressiva adoção do protocolo TCP (*Transmission-Control Protocol*), mais tarde TCP/IP, permitiu a ligação de redes de computadores enquanto estruturas polimorfas, abertas e em constante expansão.

Nesse processo, contudo, levou-se em consideração que a transmissão e o processamento de informações seriam levados a cabo separadamente. Separados institucionalmente, inclusive. Mesmo a ARPANET foi inicialmente concebida como uma forma instrumental e eficaz de coordenar diversas máquinas. Instrumentalismo que também

“[...] esteve na gênese de todos os outros meios ponto a ponto precursores da Internet, caso do telégrafo com fios (coordenação de comboios), do telefone (coordenação de operações de ajuda e de informação comercial) e da telegrafia sem fios (coordenação de navios)” (ROSA, 2012, p.100).

Entretanto, para além de tais questões técnicas, é preciso tomar cuidado com possíveis determinismos ao tratarmos das redes de comunicação. Afinal, uma lógica técnica, quando pensada em conjunto com seu contexto social, passa também a envolver as implicações de seus potenciais usos. De todo modo, o desenvolvimento histórico aqui destacado nos ajuda a perceber que a Internet permitiu a emergência de condições estruturais inéditas de utilização de um aparato tecnológico peculiar: trata-se de uma rede sem “comando central”, marcada por nós ligados entre si através de *interações* predominantemente *abertas*.

(3. Os intelectuais e o poder

Antes de prosseguir com nossa investida teórica, decidimos abrir esses parênteses e trazer algumas reflexões que Gilles Deleuze e Michael Foucault [1979] podem nos oferecer. Um pequeno “desvio” que pretende trazer importantes contribuições.

Em um diálogo registrado no ano de 1972, Deleuze comenta que as relações teórico práticas passaram a ser mais fragmentárias e parciais do que até então pareciam ser. Isso porque, em determinado ponto, toda teoria encontra obstáculos que demandam um revezamento por outro tipo de discurso. Assim, enquanto a prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra, uma teoria é um conjunto de revezamentos de uma prática a outra. Nessa perspectiva, um teórico deixa de ser uma consciência representante para se tornar uma multiplicidade, um “pequeno grupo”, tal qual todos nós somos de certo modo.

Foucault acrescenta que os intelectuais descobriam que as massas não precisam deles para saber. Na verdade, elas sabem muito melhor do que eles mas têm seu discurso invalidado por um regime de poder que transcende instâncias superiores de censura e se dilui pelo cotidiano. Nesse sentido, o papel do intelectual teórico, antes dizer com consciência e eloquência, seria lutar contra essas formas de poder onde ele é, ao mesmo tempo, objeto e instrumento. Para ele, uma teoria não se expressa em uma prática: ela *é* uma prática; mas uma prática local, não totalizadora. A teoria seria então um sistema *regional* na luta pela “tomada de consciência”. Deleuze segue afirmando que, se a teoria não totaliza mas se multiplica, ela *é*, por natureza, contra o poder – já que este, por natureza, opera totalizações. Para ele, toda teoria ao ser aplicada se choca com a impossibilidade de produzir uma consequência prática sem desencadear um distúrbio, uma “explosão”, mesmo que em uma área totalmente diferente. Nota-se aí a fragilidade radical de um sistema em cada um de seus pontos; uma fraqueza paralela a sua força globalizante de repressão.

A abordagem dada por esses dois autores trata claramente de um poder exercido enquanto aparelho de manutenção da exploração capitalista, mas que levanta questões que transcendem

as necessidades do proletariado. Isto é, de um poder que também se expressa de modo coercitivo através da repressão de mulheres, estudantes, prisioneiros, homossexuais, doentes nos hospitais, soldados, etc. e que não se generaliza por meio da totalização teórica da “verdade”. Faz-se então necessário notar em que ponto o poder é exercido em detrimento da coletividade e, seguindo tal raciocínio, observar a repressão no ambiente de trabalho, a limitação do trânsito de pessoas por entre os Estados-Nacionais, a opressão da juventude e no ensino, o reforço das estruturas de reclusão.

Os autores ainda deixam claro que, apesar de o poder não pertencer a ninguém especificamente, é possível notar aqueles que não o detém, assim como alguns pontos onde ele se concentra. Desse modo, observar esferas onde o poder é representado naqueles que detém o conhecimento e ocupam um local privilegiado na fixação de interpretações, e na produção de intelecção da realidade, não se faz de modo algum menos importante do que os pontos por eles destacados. Acreditando nisso, seguiremos com o projeto de relacionar tais questões a um estudo sobre as disputas de sentido que se estabelecem a partir da disseminação do discurso jornalístico na Internet. Discurso institucionalizado, de referência, e que acaba muitas vezes reproduzindo uma visão forçosamente globalizante, tal qual institui o regime de poder do qual Foucault e Deleuze se referem.)

4. Em meio a tudo isso... E o jornalismo?

Para nos dedicarmos às reverberações produzidas pelo discurso jornalístico ao se projetar na Internet, tecnologia de rede de comunicação a pouco situada em seu processo histórico, faremos uma pequena reflexão a respeito das mudanças que as práticas de produção jornalísticas sofreram paralelamente a tal processo. É importante lembrar, nesse sentido, que o jornalismo, marcado por seus constantes “esforços de atualização” da realidade cotidiana, detém uma posição de *status*: o de uma comunidade interpretativa dotada de credibilidade e de grande poder de veiculação de seu discurso, isto é, de disseminação de interpretações sobre acontecimentos no mundo, sobre os agentes envolvidos e sobre o caráter ético de suas ações.

O jornalismo possui modos e práticas características que mudaram com o decorrer do tempo. Mudanças que se relacionam diretamente com a emergência de um regime de saber (orientado por um regime de poder) que é marcado pela experiência e evolução do pensamento humano registrados na virada dos séculos XVIII e XIX, entendido hoje como *saber moderno ou racionalista*. Esse homem moderno, influenciado pelos ideários liberal e burguês, funda um novo jornalismo – até então literário, de ideias – voltado agora à tentativa de alcançar a realidade: algo que, por estar previamente estabelecido, delegaria ao jornalista a tarefa de simplesmente a colher e oferecer ao público.

Como resultado de processos históricos decorrentes dessa época, o jornalismo, baseado em uma noção de método científico capaz de produzir um resultado verificável e fielmente reproduzível a partir de uma metodologia específica, adquire a preocupação de seguir uma determinada fórmula, não de textos, mas de um tipo de racionalidade. Trata-se de uma tentativa de preencher espaços pré-determinados que garantam a coerência da narrativa (MANNA, 2012). Nesse modelo, o mundo seria algo regido por ações articuladas em uma rede causal que desencadeia finalidades empiricamente detectáveis.

Letícia Cantarela (MATHEUS, 2010) também nos chama a atenção para a importância do ritmo de disponibilização e apropriação da narração jornalística, à medida que procura mapear algumas concepções de temporalidade presentes em sua mediação. A autora nos mostra que com o passar do tempo, há uma gradativa contração da extensão do tempo da notícia, resultando na produção de textos temporalmente mais rasos. Ao invés de uma valorização do

passado por meio de análises pretensamente historiográficas, teríamos a configuração de um presente pragmático que marca a perecibilidade dos jornais. Desse modo, notamos que as variações que o jornalismo sofreu do século XIX até hoje também carregam certas camadas de temporalidade.

Elton Antunes (2007) destaca ainda que tal expressão do discurso jornalístico “vincularia os indivíduos a uma imediatividade do ‘tempo real’” cujo “elemento chave é a formação de um hábito cultural marcado pelo choque e repetitividade”. A temporalidade passa então a ser tomada “como um mero dispositivo de ativação da atualidade da notícia pela sua equivalência com o presente histórico” (p. 27). Algo que diz diretamente do modo como são configurados os acontecimentos que, de certo modo, marcam um ritmo social e denotam uma fragmentação narrativa do processo histórico.

Lembremos então que o ato de narrar acontecimentos, emergências no mundo que marcam nossa experiência, não é uma particularidade dos veículos de comunicação, mas parte do nosso próprio modo de organização da temporalidade⁴. Nossas experiências no tempo não possuem um sentido intrínseco e não temos acesso à elas em si mesmas ou ao seu “estado puro”, fazendo-se impossível pensar em uma dicotomia entre narratividade e temporalidade: ambas são, para nós, interdependentes. Nesse sentido, antes de focar condições técnicas exageradamente, devemos nos perguntar se o jornalismo precisa ou não se prender a um *ethos* específico sob influência de algum aparato tecnológico. Levando isso em consideração, que tipo de perturbações uma rede aberta como a Internet poderia produzir em um sistema marcado por suas tentativas organização e ordenamento racional da realidade?

5. Disputas de sentido em rede

Não há dúvidas de que a Internet trouxe possibilidades inéditas de interação discursiva, dispensando não apenas copresença em uma mesma dimensão espaço-temporal entre aqueles que se comunicam, mas ainda fazendo-o por meio de um sistema *aberto, acoplado, coevolutivo* e sem um *comando-central*. Além disso, as categorias *online* e *off-line* são insuficientes para explicar a nossa relação com a Internet. Afinal, supor que as interações em rede e fora da rede são tão simplesmente desvinculadas, seria supor que nossas experiências no “mundo real” não interferem em nossas atitudes no “mundo virtual”, ou que aquilo que absorvemos a partir segundo não interfere nas visões que formulamos sobre o primeiro. Da mesma forma que várias esferas de interação social são visivelmente influenciadas pelos conteúdos que transitam pela *web* – pela recorrência dos temas que nela eclodem e reverberam diariamente, por exemplo – não se pode encará-la enquanto algo desconectado da vida social.

Embora trate-se de uma rede projetada a partir da ideia de descentralização, é possível notar a existência de determinados “centros” na Internet: portais que se destacam por um algum motivo, e que atraem um público expressivo. Assim, podemos dizer que o *Blog do Noblat* funciona como um interessante exemplo da dinâmica aqui estudada, tanto pelo grande número de comentários que recebe diariamente, quanto por republicar notícias de *sites* como *O Globo*,

⁴ Em seus estudos, Paul Ricoeur (1981 e 1994) traz importantes contribuições filosóficas ao afirmar que só é possível acessar a experiência humana no tempo configurando-a por meio de uma ordem que, mesmo violando seu “estado natural”, faz dela algo compartilhável: a narrativa. Nesse processo de significação destacam-se quatro fatores: a *linguagem*, a *ação*, a *narração* e a *ética*. Grosso modo, é através da *narração* que damos sentido às nossas *ações* no tempo, logo, a *linguagem* também aparece como condição; além disso, uma vez que todo enredo é composto por determinadas ocorrências postas em relação, emerge daí uma dimensão *ética* inalienável ao processo de seleção de determinados dados em detrimento de outros – e dos significados que consequentemente os revestem.

O Estado de S. Paulo, BBC Brasil, etc. e funcionar, conseqüentemente, como um exemplo de instituição que reproduz as formas de inteligência típicas do *saber moderno*.

Na página assinada pelo jornalista pernambucano Ricardo Noblat, existe uma editoria chamada “Frase do dia” onde são postos em discussão pequenos trechos de falas que lançam determinadas interpretações sobre os acontecimentos políticos destacados diariamente. O que chama a atenção, nesse caso, é a forma como os internautas interagem com o sentido inicialmente atribuído a esses acontecimentos. Ao classificar alguns comentários registrados nas três terças-feiras de Abril de 2012 a partir de três categorias, notamos alguns resultados interessantes. Em síntese,

“as falas classificadas a partir de seu caráter predominantemente ‘autorreferencial’, foram aquelas que focavam o próprio *blog* ou discussões nele instauradas (isto é, outros comentários ou *posts*). Outros usuários se dedicavam à discussão do ‘temário’ proposto pelo *blog* e reafirmado pela frase e, por isso, seus comentários foram agrupados àqueles que abordavam os assuntos referentes aos temas em questão (CPI, Demóstenes, o autor da frase ou os partidos relacionados). Por fim, também nos deparamos com comentários que utilizavam o espaço aberto pelo *blog* para divulgar ‘novas informações’, isto é, para realizarem intervenções criativas que não tratavam do tema proposto ou do *blog* em si (falando sobre outros acontecimentos, por exemplo). A revisão dos comentários da ‘Frase do dia’, a partir de tais operadores, permitiu a constatação de que o *blog* orientava diretamente apenas 51% dos comentários realizados, uma vez que 26% desses enunciados eram de caráter ‘autorreferencial’, e que 23% deles traziam ‘novas informações’.” (DA MATA, 2012)

Além disso, uma leitura focada naqueles comentários que se dedicavam aos temas propostos, permitiu que notássemos que os significados inicialmente propostos pelo *blog* eram frequentemente questionados. Também foi possível observar mais atentamente a fragilidade de postulados que veem a leitura enquanto um simples processo de recepção. Isso porque, a medida que o sentido de uma narrativa surge do encontro entre o universo instaurado pelo enredo e o universo de quem o lê, abrem-se sempre diversas possibilidades de acionamento de diferentes chaves interpretativas. Uma vez que tais universos não são coincidentes, variadas experiências são produzidas a cada que interação. Por esse motivo entendemos o jornalismo enquanto um ator social que regula ou legitima certos temas, e deslegitima outros em diferentes graus, mas que não o faz isoladamente. É a interação entre as notícias e seus leitores que dá vida aos olhares e interpretações lançados pelo jornalismo. Seja corroborando, tensionando ou negando-os.

Se diferentes discursos sobre o mundo estão sempre em disputa, nas redes de comunicação isso não é diferente. E ainda que as instituições jornalísticas possam dar menor ou maior visibilidade a certos temas e enquadramentos, é difícil afirmar o grau exato da responsabilidade que lhes cabe pela repercussão dos acontecimentos que noticiam, bem como dos significados que sugerem – por vezes de forma frenética e exaustiva. Talvez, trate-se do mesmo grau de responsabilidade que cabe a cada um de nós pelos resultados da ordem político-vinculatória que legitimamos por meio de nossas práticas sociais: da aceitação de nosso papel na sociedade e do cumprimento de funções que, ao mesmo tempo que garantem certos graus de previsibilidade e ordenamento da vida coletiva, nos mantém em par de desigualdade (e sustentam um regime de poder).

6. Nós, o saber e... O poder

“Esta dificuldade – nosso embaraço em encontrar as formas de luta adequadas – não virá de que ainda ignoramos o que é o poder? Afinal de contas, foi preciso esperar o século XIX para saber o que era a exploração, mas talvez ainda não se saiba o que é o

poder. E Marx e Freud talvez não sejam suficientes para nos ajudar a conhecer esta coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder.” (DELEUZE & FOUCAULT, 1979, p. 43)

Mesmo ao focarmos as relações que se estabelecem a partir de regimes de saber, não podemos nos esquecer que o saber está vinculado ao poder – ambos são, na verdade, sustentáculo um do outro. Justamente por isso, faz-se necessário pensar a “sociedade da informação” proposta por Gonzalo Abril em esferas que vão além dos novos modos de enunciação e manipulação do conhecimento. Se levarmos em consideração, por exemplo, o tipo de interação implicado nas redes onde tais informações transitam, consequentemente tensionaremos a ideia de que a tecnologia reduziria a comunicação a simples dados quantificáveis. Mesmo quando Leticia Cantarella relaciona as mudanças de articulação da temporalidade na redação jornalística com o passar do tempo, é possível perceber como vários fatores sociais produzem regras e práticas complexas que vão além de puras relações com o conhecimento.

As redes de comunicação representam uma materialidade que permite o estabelecimento de interações sem a necessidade de copresença em uma mesma dimensão espaço-temporal. Estão ligadas ao domínio de regras de utilização, manipulação e busca das informações nelas disseminadas. Podem estar sujeitas ao poder de controle de um grupo específico e, desse modo, servir a propósitos específicos – como foi o caso de várias tecnologias de rede no passado. Levando isso em consideração, em que medida as novas plataformas de projeção discursiva trazidas pela Internet contribuem para a democratização dos meios de comunicação? Bem, enquanto elas permitirem que todo usuário, antes de um leitor, seja também produtor de conteúdos, será possível enxergar os primeiros passos do que talvez seja a superação de um *problema* – abordado por Foucault tanto em seus livros quanto em seu domínio prático – alimentado por aqueles que têm um local privilegiado na fixação de interpretações e na produção de inteligência da realidade: *a indignidade de falar pelos outros*. (Embora ainda seja necessário lembrar que nem todos possuem acesso a Internet, e que nem todos serviços *online* são disponibilizados em todo o planeta.)

Questão ainda mais desafiadoras ao lembrarmos que, sustentado por um regime de saber que valoriza determinadas “vozes” em detrimento de outras, o poder se manifesta muitas vezes de forma absurdamente pueril. Na prisão atinge limites de tirania que sequer se mascaram, justificados por sua pureza, expressão do domínio da ordem sobre a desordem, do bem sobre o mal. De modo similar, nas escolas, crianças são reduzidas a receptoras de um saber que se diz legítimo. Uma infantilização que não é a delas. Assim, tanto prisioneiros são tratados como crianças, quanto crianças são tratadas como prisioneiras. (O que seria do nosso sistema de ensino se as questões propostas por crianças na pré-escola fossem levadas em consideração?) Expressões de um poder que busca deliberadamente enquadrar os corpos e atitudes em seus padrões. Padrões ainda reproduzidos diariamente nas fábricas e empreendimentos.

Se os valores que trocamos intersubjetivamente e os aparelhos que nos convocam a aderir a uma estrutura de saber/poder interferem nessa dinâmica, a mídia adquire certa centralidade que demanda sua constante observação crítica e, se necessário, seu enfrentamento. Dinâmica que certamente envolve a classe trabalhadora, a medida que está enraizada nas estruturas de dominação capitalista, mas que demanda a abordagem de questões mais abrangentes: deslocando o debate sobre a responsabilização isolada de um agente ou outro, e nos chamando a refletir sobre nossa responsabilidade enquanto aparelhos de sustentação de toda uma coletividade e seus efeitos. Algo que implica reconhecer a cada um de nós enquanto “centros de decisão” (RICOEUR, 2006) responsáveis pelo resultado das ações que realizamos por meio daquilo que está em nosso poder. P-o-d-e-r. Ah, o poder... O que é o poder? O que

ele faz? Como podemos analisá-lo? O produzimos ao mesmo em que o exercemos? Em que medida ele executa o disciplinamento dos corpos, ideias e atitudes? Questões desafiadoras e que infelizmente ultrapassam os limites deste estudo. Assim, por hora, limitamo-nos a lembrar que ao mesmo tempo que cada um de nós representa uma multiplicidade, o mundo não é o reino da simplicidade e da regularidade onde é possível observar e medir com rigor, tal qual insiste em propor o *saber moderno*.

Referências bibliográficas

ABRIL, Gonzalo (2005). Teoría general de la información. Madrid: Cátedra.

ANTUNES, Elton (2007). Temporalidade e Produção do Acontecimento Jornalístico. Em Questão (UFRGS), v. 13 (pp. 25-40).

BARAN, Paul (1964). ‘On Distributed Communications Network’, IEEE Transactions on Communications Systems, 12 (pp. 1-9).

DA MATA, João (2012). A resignificação do acontecimento: a corrupção em debate. Em Intercom Nacional, 2012, Fortaleza. Material recuperado em 18 de abril de 2013, de <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-0283-1.pdf>.

DELEUZE, Guilles; FOUCAULT, Michel (1979). Os intelectuais e o poder. Em FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal.

LICKLIDER, Joseph (1960). ‘Man-Computer Symbiosis’, IRE Transactions on Human Factors in Electronics, 1 (pp. 4-11).

RICOUER, Paul (1981). Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. Tradução de João B. Botton. Em Kriterion, nº 125. Genoble. Material recuperado em 18 de abril de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2012000100015&script=sci_arttext.

RICOUER, Paul (1994). Tempo e narrativa – Tomo I. Campinas: Papirus.

RICOUER, Paul (2006). O reconhecimento de si. Em Percurso do reconhecimento. São Paulo: Edições Loyola.

ROSA, António Machuco (2012). As origens históricas da Internet: uma comparação com a origem dos meios clássicos de comunicação ponto a ponto. Em Estudos em Comunicação nº 11, (pp. 89-116).

MANNA, Nuno (2012). Crises do homem sério: narrativa fantástica e a *mise en scène* discordante do saber moderno. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG.

MATHEUS, Leticia Cantarela (2010). Espessuras do Presente. Em Comunicação, Tempo, História. Tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Tese de doutorado em Comunicação. Niterói: UFF/PPGCOM.

WIENER, Norbert (1950). The Human Use of Human Beings – Cybernetics And Society. Boston: Houghton Mifflin.

XIII CONGRESO INTERNACIONAL IBERCOM

Comunicación, Cultura e Esferas de Poder

29, 30 e 31 de maio do 2013. Fac. CC. da Comunicación, Santiago de Compostela

Margarita Ledo Andión,
Presidenta de AGACOM

Maria Immacolata Vassallo,
Presidenta de AssIBERCOM

Hacen constar
Fan constar

Que **JOÃO HENRIQUE FERREIRA DA MATA**

Ha presentado la comunicación titulada **LAS INFLUENCIAS DEL SABER (Y PODER) EN LAS REDES DE COMUNICACIÓN** en el XIII Congreso Internacional IBERCOM, celebrado en Santiago de Compostela del 29 al 31 de mayo de 2013. Y para que conste a los efectos oportunos, firmamos este certificado en Santiago de Compostela a 31 de mayo de 2013.

Presentou a comunicación titulada **AS INFLUÊNCIAS DO SABER (E PODER) NAS REDES DE COMUNICAÇÃO** no XIII Congreso Internacional IBERCOM, celebrado en Santiago de Compostela do 29 ó 31 de maio de 2013. E para que conste ós efectos oportunos, asinamos este certificado en Santiago de Compostela a 31 de maio de 2013.



CAI2, Facultade de
Ciencias da Comunicación
Avda. Castelao, s/n
15782 Santiago de Compostela
CIF: G70029574

Margarita Ledo Andión
Presidenta de AGACOM

Maria Immacolata Vassallo
Presidenta de AssIBERCOM